

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, defendeu a criação de uma espécie de plano de saúde mais popular, com custos menores, numa tentativa de aliviar os gastos do governo com o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

A proposta mal consegue disfarçar a intenção de privatizar o SUS. O governo interino, que busca aumentar a idade para aposentadorias, também planeja deixar o atendimento público apenas para quem não consiga pagar nem mesmo o plano “pé de boi”.

Durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, Barros disse que a ideia é que a adesão a esse tipo de plano seja voluntária. “Quando uma pessoa tem um plano, ela está contribuindo para o financiamento da saúde no Brasil”, admitiu. “Ela participa dos custos de atendimento da saúde. Como os planos terão menor cobertura, parte dos atendimentos continuará sendo feita pelo SUS”, acenou.

Barros explicou que a proposta consiste em oferecer planos de saúde com menos serviços ofertados do que o que foi definido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) como cobertura mínima obrigatória. Isto traria como consequência a redução nas coberturas dos planos privados, o que interessa a operadoras e seguradoras.

O ministro destacou, entretanto, que será necessária a publicação de uma nova resolução, pela ANS, que revise a atual cobertura mínima obrigatória definida para a saúde suplementar. A pasta já entrou em contato com a agência reguladora, mas ainda não houve uma reunião formal para tratar do assunto.

Fonte: [Monitor Digital](#), em 06.07.2016.